



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 29, DE 26 DE JULHO DE 2021.

Exmo. Sr,
ED. Jorge Barbosa
Presidente da Câmara Municipal
Sapucaia do Sul – RS
Nesta,

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, utilizando a prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul, para apreciação e voto, o incluso projeto de lei, que visa alterar a Lei nº 3.628, de 04 de maio de 2015 que estabelece valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante requisição de pequeno valor – RPV pela administração direta do município de Sapucaia do Sul.

A presente Lei municipal nº 3.628/2018 versa sobre os pagamentos dos débitos judiciais por RPV – requisição de pequeno valor, fixados por sentenças judiciais, conforme o art. 100, §3º da Constituição Federal que versa:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

...



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

De forma que, no art. 87, II da ADCT a legislação federal estabelece que se não for publicada lei municipal específica sobre o tema de pagamento de RPV, para estabelecimento de um teto de valor, aplicar-se-á de forma automática o disposto do artigo supramencionado, qual seja:

Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a:

I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;

II - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

Sendo assim, a alteração em questão trata de incluir no texto legislativo a administração indireta do município de Sapucaia do Sul, visando atingir também a Fundação Hospitalar Getúlio Vargas, uma vez que, a legislação municipal, atualmente, prevê o alcance da Lei somente até a administração direta, e deixa como teto seis salários mínimos para o pagamento de RPV.

A alteração é de suma importância, pois incluindo a administração indireta no texto legislativo, para que o teto para pagamento de RPV seja de até seis salários mínimos, contribui para a programação orçamentária da Fundação Hospitalar Getúlio Vargas.

Tais alterações foram analisadas pela Procuradoria Geral deste município que as considerou viáveis jurídica e legalmente, razão pela qual



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

elaborou a presente Exposição de Motivos, com o fim de encaminhar o Projeto de Lei à Casa Legislativa.

Por isso, na certeza da aprovação desta proposição, aproveito oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

VOLMIR RODRIGUES,
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

PROJETO DE LEI Nº (.....)/2021

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI nº 3.628, DE 04 DE MAIO DE 2015, QUE ESTABELECE VALOR PARA OS DÉBITOS JUDICIAIS A SEREM PAGOS MEDIANTE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte,

LEI :

Art. 1º. A Lei nº 3.628/2015 que estabelece valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante requisição de pequeno valor – RPV pela administração direta do município de Sapucaia do Sul, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o *caput* art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Ficam definidos como de pequeno valor, nos termos do § 3º do art. 100, da Constituição Federal, os débitos ou obrigações da Administração Direta e Indireta do Município de Sapucaia do Sul, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, que tenham valor igual ou inferior a 06 (seis) salários-mínimos.”

II – a ementa da Lei supramencionada passa a vigor com o seguinte texto:

“Estabelece valor para débitos judiciais a serem pagos mediante requisição de pequeno valor – RPV pela Administração Direta e Indireta do município de Sapucaia do Sul.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.